

Estrutura e dinâmica da economia como instituição social

*Maria Manuel Serrano*¹

Resumo: Este texto procura fazer um breve retrato da economia enquanto instituição social. Primeiramente revisitam-se os fundadores da Sociologia e as suas preocupações permanentes, e persistentes ao longo do tempo, com a economia e com a construção de uma abordagem sociológica da mesma. As fases de desenvolvimento da Sociologia Económica, cujo percurso se confunde com o próprio percurso da Sociologia e da Economia, elucidam sobre a forma como se constrói uma abordagem sociológica das questões económicas. De seguida identificam-se alguns dos principais marcos da história recente da instituição económica, de modo a compreender a origem, a evolução e as mudanças ocorridas no sistema económico capitalista, bem com as mudanças sociais que esse sistema provocou na sociedade. Entre essas mudanças, destaca-se a desindustrialização e a emergência de uma sociedade pós industrial e pós moderna, resultado do processo de globalização da economia. Olhando para estes temas com uma malha mais fina, detemo-nos necessariamente sobre a análise de temas sociológicos imbricados com a economia, tais como o trabalho, o emprego, o desemprego, o subemprego, o consumo e o lazer, bem como sobre as tendências de evolução que apresentam na sociedade actual.

Palavras-chave: Economia, capitalismo, desindustrialização, mudança social

Introdução

A economia é uma das instituições sociais universais², podendo definir-se como “o sistema social responsável pela produção e distribuição de bens e serviços” (Ritzer, 2013, p. 471). De modo complementar, a instituição económica “é a configuração de modelos esquematizados graças aos quais a sociedade é provida de bens materiais e de serviços (produção, distribuição e consumo) (Silva, 2012 [1983], p. 125).

¹ Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais – Departamento de Sociologia & SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (email: mariaserrano@uevora.pt).

² As instituições são consideradas universais desde que existam, “segundo as evidências etnográficas disponíveis, em todas as sociedades, desde as tribais até às complexas sociedades urbano-industriais (Vila Nova, 1984, p. 94). As instituições que apresentam este carácter universal são: a família, a política, a economia, a educação, a religião e o lazer.

Em todas as sociedades as actividades económicas (produção, distribuição e consumo) institucionalizam-se “à medida que são explicadas por crenças, legitimadas por valores e reguladas por normas” (Vila Nova, 1984, pp. 96-97). O capitalismo, por exemplo, enquanto sistema de produção, não se define apenas por um conjunto de práticas económicas, mas também por ser um complexo de crenças, valores e normas sociais, ou seja, é uma instituição e, neste sentido, qualquer modo de produção é uma instituição.

Se é certo que as funções das instituições económicas incluem “produção de bens e serviços; distribuição de bens e serviços [e de] recursos económicos (trabalho e equipamentos); consumo de bens e serviços” (Cohen, 1980, p. 59), nem todas as transações económicas ocorrem na esfera institucional. Há que reconhecer a existência, na sociedade, do conjunto de actividades que se desenvolvem “fora da esfera do trabalho ortodoxo remunerado” (Giddens, 2000, p. 701) e que pertencem à economia informal.

Este texto procura fazer um breve retrato da economia enquanto instituição social, recorrendo para o efeito a quatro tópicos. Primeiramente revisitam-se os fundadores da sociologia e as suas preocupações permanentes, e persistentes ao longo do tempo, com a economia e com a construção de uma abordagem sociológica da mesma. Percorrem-se as fases de desenvolvimento da Sociologia Económica, cujo percurso se confunde com o próprio percurso da Sociologia e da Economia, com o intuito de elucidar sobre a forma como se constrói uma abordagem sociológica das questões económicas. De seguida identificam-se alguns dos principais marcos na história recente da instituição económica, de modo a compreender a origem, a evolução e as mudanças ocorridas no sistema económico capitalista, bem com as mudanças sociais que esse sistema provocou na sociedade. Entre essas mudanças, destaca-se a desindustrialização e a emergência de uma sociedade pós industrial e pós moderna, resultado do processo de globalização da economia. Olhando para estes temas com uma malha mais fina, detemo-nos necessariamente sobre a análise de temas sociológicos imbricados com a economia, tais como o trabalho, o emprego, o desemprego, o subemprego, o consumo e o lazer, bem como sobre as tendências de evolução que apresentam na sociedade actual.

1. Sociologia, Economia e Sociologia Económica

A economia foi a primeira, e mais persistente, preocupação da sociologia (Ramella, 2007). A prova reside no interesse demonstrado pelos fundadores da sociologia,

relativamente à economia: Karl Marx (1818-1883) centrou a sua atenção nas relações entre os problemas económicos e as instituições sociais e o capitalismo; Max Weber (1864-1920) interessou-se pelo desenvolvimento do capitalismo moderno e pela racionalização da economia; Émile Durkheim (1858-1917) defendeu o estudo da situação económica e analisa a mudança social com base na divisão económica do trabalho; Georg Simmel (1858-1918) interessou-se pelo dinheiro e Thorstein Veblen (1857-1929) pelo consumo.

Enquanto os economistas neoclássicos construíam uma perspectiva redutora da economia, circunscrevendo-a ao cálculo racional de recursos raros e à sua alocação, para satisfazer necessidades sociais ilimitadas, a perspectiva sociológica propõe, desde logo, uma definição mais ampla da economia: i) na tradição durkheimiana a economia inclui as representações sociais; ii) na tradição weberiana a economia inclui as atividades sociais no âmbito de uma racionalidade ampliada; iii) na tradição marxista a economia inclui as relações sociais de produção, distribuição e consumo, atividades que assentam em princípios económicos plurais (e.g. mercado, redistribuição, reciprocidade e donativo – na perspectiva antropológica polanyiana) (Lévesque, 2009).

Weber e Durkheim ainda analisaram a possibilidade de haver uma abordagem sociológica da economia, tal como foi delimitada pelos economistas neoclássicos, no entanto essa possibilidade não se confirmou. Na obra *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Weber (1959 [1918]) mostra que a ciência económica não é pura especulação e que as suas leis não são naturais, mas sim tipos ideais, cujo valor preditivo é limitado. Por sua vez, em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim [1895] demonstra que, embora à primeira vista a economia apenas diga respeito a coisas (logo sem interesse moral ou sociológico), ela assenta em representações, crenças e valores (“não coisas”). Na *Divisão do Trabalho Social* (1984 [1893]), o mesmo autor defende que a divisão do trabalho (aumento da distinção e da complexidade entre ocupações) iria destronar, gradualmente, a religião enquanto instituição base de coesão social.

Para além dos contributos dos fundadores da Sociologia, a Nova Sociologia Económica³ reúne um conjunto de autores e de obras que têm contribuído para aumentar o conhecimento e a compreensão da instituição económica, em tempos mais recentes.

³ Atribui-se a Mark Granovetter (1985) o papel de fundador da Nova Sociologia Económica. Esta designação é consensualmente aceite como sendo o terceiro período de desenvolvimento desta disciplina e situa-se temporalmente a partir da década de 1970.